



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 0894/2025

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025.

Processo nº 0803304-71.2025.8.19.0008, ajuizado
por

representada por

Trata-se de Autora, 5 anos de idade, portadora de **dermatite atópica grave** (CID-10: L20.9) desde os 6 meses de vida, já tendo realizado tratamento com corticoide oral, diversos corticoides tópicos nas lesões, hidratação cutânea vigorosa e anti-histamínicos, sem resposta. Há relato de piora das lesões nos últimos meses e o prurido intenso, impactando consideravelmente na qualidade de vida e do sono da Requerente. No exame físico apresentava lesões eritematosas, descamativas, com áreas de escoriações e infecção secundária, sendo contraindicado o uso de ciclosporina pelo risco de sepse. O SCORAD de 61. Diante o exposto, iniciou o uso de dupilumabe em setembro/2023, e, desde então, com melhora significativa das lesões e consequentemente na qualidade de vida. Portanto, consta indicada a continuidade do tratamento com **dupilumabe 300mg** (Dupixent®) – 300mg a cada 4 semanas (Num. 177745325).

Cumprir informar que o **dupilumabe 300mg** (Dupixent®) possui registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e possui indicação descrita em bula² para o tratamento do quadro clínico que acomete a Autora – **dermatite atópica grave**, conforme relato médico.

Em outubro/2024, os medicamentos **dupilumabe** e **abrocitinibe** foram incorporados no SUS para o tratamento da **dermatite atópica grave** em crianças e adolescentes (caso da Autora), respectivamente,¹.

- ✓ A partir da publicação da decisão de incorporar tecnologia em saúde, ou protocolo clínico e diretriz terapêutica (PCDT), as áreas técnicas terão prazo máximo de cento e oitenta dias para efetivar a oferta ao SUS.
- ✓ Os referidos medicamentos **ainda não são fornecidos por nenhuma das esferas de gestão do SUS**.

Tendo em vista as referidas inclusões no SUS, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dermatite Atópica encontra-se em atualização².

No momento, para o tratamento da **dermatite atópica** no SUS, o Ministério da Saúde preconiza o tratamento tópico, dexametasona 1mg/g (creme) e hidrocortisona 10mg/g (1%), além do sistêmico com o fármaco ciclosporina 25mg, 50mg e 100mg (cápsula) e 100mg/mL (solução oral), conforme **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)**³ publicado por meio da Portaria Conjunta nº 34, de 20 de dezembro de 2023, no qual foram preconizados

Segundo o PCDT supramencionado, diretrizes clínicas internacionais recomendam a utilização de ciclosporina para pacientes com **dermatite atópica moderada a grave**, orientando-se prescrever a menor dose capaz de controlar a doença com o objetivo de minimizar a ocorrência de

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria SECTICS/Ms nº 48, de 3 de outubro de 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/relatorios/portaria/2024/portaria-sectics-ms-no-48-de-3-de-outubro-de-2024> >. Acesso em: 13 mar. 2025.

² CONITEC. PCDT em elaboração. Disponível em: < <https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/avaliacao-de-tecnologias-em-saude/pcdt-em-elaboracao-1> >. Acesso em: 13 mar. 2025.

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Conjunta SAES/SECTICS nº 34, de 20 de dezembro de 2023. Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dermatite Atópica. Disponível em: < <https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/portaria-conjunta-saes-sectics-no-34-pcdt-dermatite-atopica.pdf> >. Acesso em: 13 mar. 2025.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

eventos adversos, com utilização recomendada por período de até 02 anos contínuos, preferencialmente não ultrapassando 8 a 12 meses de uso².

Em consulta ao Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HORUS), verificou-se que **não** houve solicitação de cadastro no CEAF pela parte Autora para o recebimento do medicamento ciclosporina.

Contudo, a médica assistente deixa claro que a Autora, em última consulta, apresentava lesões eritematosas, descamativas, com áreas de escoriações e infecção secundária, sendo contraindicado o uso de ciclosporina pelo risco de sepse.

Dessa forma, **entende-se que o medicamento fornecido pelo SUS não configura alternativa terapêutica no caso da Autora.**

É o parecer.

À 3ª Vara Cível da Comarca de Belford Roxo do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

LEOPOLDO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO

Farmacêutico
CRF-RJ 15023
ID.5003221-6

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02